

Manual de Orientação do Docente¹

Brasília-DF, 2013

¹ Documento extraído do Produto 7 da Consultoria técnica especializada realizada pela consultora *Thamara Duarte Cunha Medeiros* no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA-11-X63.

Presidenta da República:

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado da Justiça:

José Eduardo Cardozo

Secretário Nacional de Justiça:

Paulo Abrão Pires Júnior

Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

Diretora:

Fernanda Alves dos Anjos

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Coordenadora substituta:

Lucicleia Souza e Silva

Consultora responsável:

Thamara Duarte Cunha Medeiros (Doutora)

Apoio Técnico:

Tatiana Tutida Ribeiro Corrêa

SUMÁRIO

1. CONHECENDO A MATRIZ DE FORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	5
2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO/ FORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	11
3. MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	13
4. REFERÊNCIAS.....	16

O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, passar do papel de 'solista' ao de 'acompanhante', tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando, mas não modelando os espíritos, e demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida.

(DELORS, 1998)

1. CONHECENDO A MATRIZ DE FORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A concepção e implementação da **Matriz de Formação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** atende às disposições previstas na **meta 3.A.1** do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Idealizada para oferecer informações e subsídios orientativos para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento didático-educacional das ações de formação e capacitação de agentes públicos, instituições e organizações envolvidas direta ou indiretamente com o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a Matriz propõe parâmetros curriculares e descreve um rol das principais competências, habilidades e atitudes que devem ser desenvolvidas nos cursos de capacitação e formação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Neste sentido, o docente encontrará na citada Matriz referências éticas transversais, um marco conceitual, jurídico e político (referencial teórico); diretrizes político-pedagógicas, eixos articuladores e áreas temáticas; orientações teórico-metodológicas e técnicas de ensino; sistema de avaliação e os módulos curriculares sugeridos para cursos e ações formativas.

REFERÊNCIAS ÉTICAS TRANSVERSAIS

Os referências éticas transversais foram pensados para nortear as ações e cursos de formação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva de promover a compreensão da temática a partir das questões estruturantes do fenômeno, como por exemplo, as violações de direitos humanos, desigualdades de gênero e étnico-racial e migrações.

REFERENCIAL TEÓRICO

De forma similar, o referencial teórico apresentado na Matriz propõe um marco conceitual, jurídico e político que pretende alinhar os parâmetros para o desenvolvimento dos cursos e ações de formação e capacitação no enfrentamento ao tráfico de pessoas, permitindo ao docente a promoção de um processo de aprendizagem pautado nos conceitos e fundamentos essenciais ao fenômeno.

DIRETRIZES POLÍTICAS-PEDAGÓGICAS

As diretrizes políticas-pedagógicas propostas propiciam ao docente um processo de aprendizagem **interdisciplinar, transversal e contínuo** mais significativo desenvolvido por competências (cognitivas, procedimentais e atitudinais). A articulação dos saberes teóricos, práticos e instrumentais além de necessária para a efetividade das ações e cursos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, facilitará ao docente a integração e contextualização entre os diferentes componentes curriculares.

EIXOS ARTICULADORES, ÁREAS TEMÁTICAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A articulação e integração entre os eixos articuladores (*prevenção, repressão e atendimento às vítimas*) e as áreas temáticas (*Dimensão ética e conceitual do tráfico de pessoas, Mobilidade humana e tráfico de pessoas, Políticas públicas e tráfico de pessoas, Sistema de Segurança Pública e Justiça no enfrentamento ao tráfico de pessoas e Rede de enfrentamento, atendimento e proteção às vítimas do tráfico de pessoas*), orientará o docente na elaboração dos módulos curriculares e nos conteúdos programáticos dos cursos e ações de capacitação e formação para o enfrentamento.

Essa dinâmica permite que o docente adapte e altere os módulos e os conteúdos programáticos sugeridos, conforme o perfil do público-alvo a ser capacitado e peculiaridades apresentadas nas realidades locais e /ou regionais. Assim, os módulos curriculares podem ser utilizados de forma autônoma, combinada, completa ou parcial.

Em razão da complexidade e especificidade do tema, o docente encontrará na Matriz a sugestão de **Módulos Básicos** que atendem aos conteúdos essenciais para a formação e capacitação no Enfrentamento ao Tráfico, e **Módulos Específicos** que aprofundam as situações pontuais do fenômeno, como por exemplo, o módulo “migrações e o tráfico de pessoas” que entre outras abordagens, enfatiza a relação entre tráfico de pessoas e as fronteiras, migrações internacionais e internas, dinâmicas migratórias femininas e outras correlações temáticas.

Estruturada dessa forma, a Matriz proporcionará ao docente flexibilidade para programar ações e cursos e de formação e capacitação com conteúdo essenciais e

elementares sobre tráfico de pessoas considerando os seguintes módulos básicos: Módulo 01: **Tráfico de pessoas: a escravidão do século XXI**; Módulo 02: **Marco conceitual e jurídico nacional e internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**; Módulo 03: **Indicadores e modalidades de Tráfico de Pessoas**; Módulo 04: **Estratégias e mecanismos de Repressão no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**; Módulo 05: **Rede de enfrentamento, atendimento e proteção às vítimas do Tráfico de Pessoas**.

E para as propostas formativas que objetivam maior detalhamento das particularidades do fenômeno, a Matriz propõe os seguintes módulos específicos: Módulo 01: **Migrações e tráfico de pessoas**, Módulo 01: **O papel das políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de pessoas**; Módulo 02: **Relação Federativa no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**; Módulo 03: **Dimensões e estratégias das políticas de cooperação internacional no enfrentamento ao tráfico de pessoas**; Módulo 01: **Investigação, persecução penal e competências no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**; Módulo 01: **Dimensão teórica e prática da rede enfrentamento, atendimento e proteção às vítimas do tráfico de pessoas**.

O conteúdo programático dos referidos módulos – básicos e específicos- encontra-se no Anexo I da Matriz de Formação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Cabe destacar que para a elaboração e programação das ações formativas com referencia na Matriz, você poderá estruturar as propostas de formação e capacitação em cursos e ações presenciais, semipresenciais e a distância.

É importante que nos ambientes virtuais de aprendizagem se priorizem estratégias pedagógicas que estimulem a participam interativa, autônoma e colaborativa dos alunos. Para tanto, sugere-se a adoção de ferramentas didáticas como fóruns, chats, lições, videotecas, audiotecas, glossários e outros.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE ENSINO

A metodologia proposta para as ações formativas está orientada a partir dos pressupostos do construtivismo e da aprendizagem de adultos (andragogia). A andragogia está fundamentada nos seguintes princípios da aprendizagem Gibb (1960): a) A aprendizagem deve ser centralizada em problemas. b) A aprendizagem deve ser centralizada em experiências, c) A experiência deve ser significativa para o estudante, d) O aprendiz deve ter liberdade de analisar a experiência, e) As metas e a pesquisa deve ser fixadas e executadas pelo discente, f) O discente deve receber o "feedback" sobre o seu progresso em relação às metas.

Com base nessas premissas, é importante que o docente priorize técnicas e estratégias de aprendizagem que permitam aos participantes a mobilização dos conhecimentos, habilidades e atitudes no desenvolvimento de atividades formativas por meio da contextualização e integração dos conteúdos curriculares. O docente poderá combinar experiências teóricas e práticas, simultaneamente, facilitando o compartilhamento de exemplos, experiências e boas práticas e a problematização da temática do tráfico de pessoas a partir dos referenciais éticos transversais e dos conceitos abordados no marco conceitual, jurídico e político da Matriz de Formação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Para tanto, o docente poderá utilizar as seguintes técnicas de ensino propostas na Trilha do educador², já consolidadas nos cursos de capacitação e formação em segurança pública e referenciadas na Matriz Curricular Nacional (Senasp, 2011, p.33ss).

Resolução de Problemas – o professor elabora situações-problema, simulando a realidade. Os estudantes discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses. A seguir, eles formulam os objetivos de aprendizagem e identificam as fontes de pesquisa para o estudo individualizado. Os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados ao grande grupo para a revisão e sistematização de uma proposição final, de uma explicação ou proposta de ação para o problema, encerrando o ciclo de atividades.

²

Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0BxeX0-QsLd85NjA2NWYwNjItMjZjYy00OGFmLTlkMGYtNzI2YTg5NmJIMDEz/edit?pli=1&hl=pt_BR

Simulação (Role Playing) – a simulação é uma técnica em que se constrói um cenário para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares.

Estudo de Casos – esta técnica compreende a discussão em pequenos grupos de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados a situações que farão parte do cotidiano da área de Segurança Pública. Os casos deverão vir acompanhados do máximo de informações pertinentes para que o estudante possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Esta técnica permite que os estudantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos aprendidos.

Lista de tarefas (Job Aids) – as listas de tarefas devem ser utilizadas quando se tem por objetivo que os estudantes sigam passos na realização de procedimentos.

Painel de Discussão – caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem a sua visão sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador que controlará o tempo de exposição e de debate e organizará a síntese dos pontos abordados no painel.

Discussões em Grupos – apresentação de um tema a ser discutido a cada grupo. Ao final do tempo estipulado, os grupos apresentam a síntese da discussão.

Discussão Dirigida – técnica de ensino em que os participantes expressam suas ideias após analisarem criticamente um assunto de interesse relacionado com o tema. Ao final da atividade, é feita uma avaliação, quando se ressalta o valor das contribuições feitas pelos participantes, bem como a importância das conclusões.

Debate Cruzado – organizado em dois grupos, em que cada grupo terá de debater uma tese contrária à do outro grupo, invertendo-se os papéis ao final.

Grupo de Vivência ou Verbalização e Grupo de Observação (GV/ GO) – os participantes são divididos em dois grupos, em que o primeiro terá a função de vivência ou verbalização de determinada situação e o segundo desempenhará a função de observador. Ao final, invertem-se os papéis.

Brainstorming e Brainwriting – utilizados para gerar novas ideias, buscar soluções para um determinado problema. Todas as ideias surgidas devem ser registradas, a seguir categorizadas e analisadas com o auxílio de um coordenador. Ao final, o grupo toma as

decisões para a resolução do problema.

Demonstração ou Aula Prática – *explicação por meio da demonstração de técnicas e procedimentos, oportunizando aos estudantes: a exercitação, o feedback, a automação e a aplicação.*”

É importante destacar que o docente poderá aplicar técnicas isoladas ou em conjunto no planejamento didático de suas aulas e para tornar as atividades pedagógicas mais dinâmicas, poderá utilizar elementos audiovisuais, como por exemplo power point, flip-chart, prezi, fotos, documentários, filmes, etc.

Para estimular a participação ativa dos alunos/participantes, sugere-se relacionar os temas abordados com os interesses e atividades laborais dos alunos, proporcionando maior significado ao conteúdo trabalhado durante as ações formativas.

Para maiores informações sobre técnicas de ensino, consultar:
Fala sério! Tráfico de Pessoas? Reflexões, jogos e histórias para atuação de jovens e educadores. Instituto Winrock Internacional, Salvador, 2010.

BRUZZI, Demerval. Apresentações Estratégicas Métodos e Técnicas de Ensino sobre Treinamento e Capacitações. São Paulo: Avercamp, 2008.

BELLAN Zezina, Andragogia em Ação. Como ensinar adultos sem se tornar maçante. Z3 Editora, São Paulo, 2005.

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO/ FORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Para complementar as propostas curriculares apresentadas na Matriz de Formação e atender às demandas formativas específicas dos agentes públicos, instituições e organizações envolvidas direta ou indiretamente no Enfrentamento ao Tráfico foram elaborados os seguintes projetos pedagógicos: 1) Diretrizes e projeto pedagógico para a capacitação dos membros dos Gabinetes de Gestão Integradas Estaduais e Municipais no tema do Tráfico de Pessoas, 2) Projeto Pedagógico de curso de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com foco no eixo da prevenção ao tráfico de pessoas e 3) Projeto Pedagógico de curso de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com foco no eixo do atendimento à vítima de tráfico de pessoas, 4) Projeto pedagógico de curso de enfrentamento ao tráfico de pessoas para o Plano Nacional de Fronteira – ENAFRON aprovado pelo Decreto no 7.496/2011.

A finalidade dos citados projetos é abordar as especificidades do fenômeno de forma mais detalhada e propiciar ao docente maior profundidade temática para dinamizar o processo aprendizagem que envolve o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

1) Diretrizes e projeto pedagógico para a capacitação dos membros dos Gabinetes de Gestão Integradas Estaduais e Municipais no tema do Tráfico de Pessoas.

O projeto pedagógico para a capacitação dos membros dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública- GGI e GGIM, nas ações e políticas de combate ao tráfico de pessoas está respaldado pela importância da colaboração dos GGI e GGIM no desenvolvimento, aprimoramento e alinhamento das estratégias de enfrentamento ao crime. Nesta direção, a proposta pedagógica foi elaborada para atender a um curso de capacitação/formação básica de 20 horas, contendo os seguintes temas: *Tráfico de Pessoas: a escravidão do século XXI; Marco conceitual, jurídico e político nacional e internacional sobre Tráfico de Pessoas; Indicadores, grupos vulneráveis e Modalidades do Tráfico de Pessoas; Estratégias de repressão no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Rede de Enfrentamento, atendimento e proteção às vítimas do Tráfico de Pessoas.* E complementando o curso básico, sugere-se oficinas específicas sobre *Coleta de dados e gestão da informação no enfrentamento ao tráfico de pessoas, O papel das Políticas*

Públicas no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Dimensões e Estratégias das Políticas de Cooperação Internacional ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

2)Projeto Pedagógico de curso de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com foco no eixo da prevenção ao tráfico de pessoas.

Este projeto pedagógico foi pensado para impulsionar as ações de prevenção ao Tráfico de Pessoas. É sabido que para sair do anonimato, o tráfico de pessoa precisa sair dos palcos da invisibilidade e, para tanto, é necessário informar, sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre a ocorrência, os riscos e os impactos deste terrível crime. Sendo assim, esta proposta pedagógica sobre prevenção propõe um curso de capacitação/formação de 32h - **“Sensibilizar, Conscientizar e Prevenir para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”**, distribuídas em 04 módulos: Módulo 01- SENSIBILIZAR: Tráfico de Pessoas- a escravidão do século XXI. Módulo 02- CONSCIENTIZAR: O que é o Tráfico de Pessoas? Módulo 03- PREVENIR: Como se informar para prevenir o tráfico de pessoas? Módulo 04- Boas práticas na prevenção ao tráfico de pessoas.

3)Projeto Pedagógico de curso de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com foco no eixo do atendimento à vítima de tráfico de pessoas.

Este projeto pedagógico foi elaborado para promover e garantir um atendimento integral e humanizado às vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas a partir da difusão e divulgação do enfoque dos Direitos Humanos entre os diferentes atores envolvidos no atendimento às vítimas- assistência social, justiça, segurança pública, saúde e outros. Nesta proposta pedagógica você encontrará um curso de capacitação/formação de 32 horas cujos módulos sugeridos são: Módulo 01: Tráfico de Pessoas: A Escravidão do Século XXI - Aspectos Conceituais Básicos. Módulo 02: Marco Legal e Político Sobre o Enfrentamento ao Tráfico De Pessoas. Módulo 03: Aspectos Teóricos e Práticos do Atendimento às Vítimas do Tráfico de Pessoas e Módulo 04: Rede de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

4)Projeto pedagógico de curso de enfrentamento ao tráfico de pessoas para o Plano Nacional de Fronteira – ENAFRON aprovado pelo Decreto no 7.496/2011

O projeto pedagógico proposto para os agentes da Enafron foi desenvolvido para fortalecer o combate do tráfico de pessoas na região de fronteiras, especialmente para

facilitar e promover o reconhecimento de casos de tráfico de pessoas, identificação e encaminhamentos de vítimas e potenciais vítimas. Neste sentido, o curso proposto de formação/capacitação está estruturado em 32 e os módulos são os seguintes: Módulo 01: Migrações e Tráfico de Pessoas nas Fronteiras. Módulo 02: Tráfico de Pessoas: A Escravidão do Século XXI - Modalidades e Grupos Vulneráveis. Módulo 03: Marco Legal e Político sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Módulo 04: Atuação dos Agentes da Polícia no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Módulo 05: Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

3. MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Considerando os múltiplos enfoques que a temática do tráfico de pessoas sugere, este Manual de Orientação Docente optou por oferecer ao docente uma bibliografia básica para os cursos de capacitação e/ou formação no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas referenciada nos documentos, estudos e pesquisas mais recentes sobre o tema, em especial, nos documentos elaborados pelo Ministério da Justiça, Organizações Internacionais e nos estudos realizados pelas associações especialistas no tema. Ressalte-se que você poderá encontrar e consultar outras referências bibliográficas na Matriz de Formação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e nos projetos pedagógicos dos cursos de Enfrentamento ao Tráfico.

No âmbito do **Ministério da Justiça**, você poderá encontrar várias publicações sobre o tema, entre elas, destacam-se:

BRASIL, Ministério da Justiça. Guia de Referência para Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados no Brasil. Coautorias: TERESI, Verônica Maria. HEALY, Claire. 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B5753E656-A96E-4BA8-A5F2-B322B49C86D4%7D>

BRASIL, Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B5753E656-A96E-4BA8-A5F2-B322B49C86D4%7D>

BRASIL, Ministério da Justiça. 1 Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B5753E656-A96E-4BA8-A5F2-B322B49C86D4%7D>

BRASIL, Ministério Da Justiça. *Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil*. Organização: Nair Heloísa Bicalho, Adriana Andrade Miranda, Fabiana Gorenstein. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2011. Disponível em:<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B5753E656-A96E-4BA8-A5F2-B322B49C86D4%7D>

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Consolidação dos Dados de 2005 a 2011*. Brasília, 2013.

De forma similar, as publicações realizadas pelas **Organizações Internacionais** sobre a temática são fontes de informação importantes. Neste sentido, você poderá consultar, por exemplo:

ALIANÇA GLOBAL CONTRA O TRÁFICO DE MULHERES (GAATW). *Direitos Humanos e Tráfico de pessoas: Um manual*. Rio de Janeiro: GAATW, 2006. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_trafico_pessoas.pdf

ACNUR, *Principios y directrices recomendados sobre Derechos Humanos y Trata de personas*. Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2002. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Commentary_Human_Trafficking_sp.pdf

OIM, Organización Interncional para las Migraciones. *Manual de abordaje, orientación y asistencia a víctimas de trata de personas con enfoque de género y derechos*, Bogotá, 2012. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=47&products_id=878

OIM. Organización Internacional para las Migraciones Oficina Regional para América del Sur. *Panorama Migratorio de América del Sur 2012*. Buenos Aires, 2012.

OIM, Organización Interncional para las Migraciones. *Guía de Asistencia a víctimas de Trata de Personas en Colombia*, Bogotá, 2006.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas : Manual para Promotoras Legais Populares / Programa Segurança com*

Cidadania. 2. ed. rev. e ampl. - Brasília: 2012

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego*. V. 1 Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/271>

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Manual sobre o Protocolo Facultativo relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil*, 2010. Disponível em: <http://www.unicef-irc.org/publications/595>

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Persons*. Vienna, 2012b. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf

UNODC, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. *Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal*. Nova Iorque, 2009. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2009_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf

UNODC, Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. *Manual para la lucha contra la trata de personas. Programa mundial contra la trata de personas*. New York, 2009.

UNODC, Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito e ILANUD, Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención del delito y el Tratamiento del Delincuente. *Guía del Docente. Capacitación para Investigación del Delito de Trata de Personas*. Costa Rica, 2010.

UNODC, Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. *Marco Internacional de Acción para la aplicación del Protocolo contra la trata de personas*. Nueva York, 2010.

Outros estudos e pesquisas também são fontes bibliográficas relevantes, tais como:

ASBRAD. *Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A experiência da Asbrad no Atendimento às vítimas e na capacitação das redes de atenção. Um manual*. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 2011. Disponível em: <http://www.asbrad.com.br/conteúdo/manual%20asbrad%20final.pdf>

MERCOSUL. Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul. (RMAAM) *O Tráfico de Mulheres com fins de exploração sexual no Mercosul*, 2012. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/publicaciones/Trata/TRATA%20PORTUGUES%20para%20web.pdf>

1. REFERÊNCIAS

BELLAN Zezina, Andragogia em Ação. Como ensinar adultos sem se tornar maçante. Z3 Editora, São Paulo, 2005.

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo et al (Org). Medidas de Avaliação em Treinamento, Desenvolvimento e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DANESI RON, Regilene Ribeiro e MISKO SOLER, Eliana. Planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem para cursos estruturados com base em competências. Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP. v.4, n.8, mar. 2010. Disponível em: <http://revistaeletronica.sp.senai.br/index.php/seer/article/viewPDFInterstitial/121/74>

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Segurança. Guia do Docente. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157744/DLF52898.pdf/guiadodocentevale.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Manual do Instrutor Disponível em: http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=74707425&folderId=52017301&name=DLFE-13488.pdf

LIBÂNEO, José Carlos. Didática (Coleção magistério 2º grau - série formação do professor). São Paulo: Cortez, 1985.

PACHECO, Luiza et al. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. Série Gestão de Pessoas. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Programa Conjunto. Curso de Convivência e Segurança Cidadã. Manual Docente. Brasília, 2011.

RAMOS NOGUEIRA, Marise. Avaliação por Competências. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/avacom.html>

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolos.

SILVEIRA TEPERINO, Adriana et al. Educação a distância em organizações públicas; mesa-

redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006.

SCHÖN, Donald. *Formar professores como profissionais reflexivos*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.